

Título:
História da
Educação
Autor: Paulo
Frederico de
S. Cort. 1990

trabalhadoras e combatendo ao mesmo tempo a privatização e a comercialização abusada do ensino. 10) Garantir, em todos os níveis de ensino, a participação ampla e democrática da população, através dos Conselhos Populares e dos profissionais, referentes à educação pública, bem como na administração e controle do sistema estadual de ensino”.

Outras reflexões sobre a questão educacional foram desenvolvidas no interior do PT, inclusive algumas de caráter essencialmente didático-pedagógicas. Desenvolveram-se, também, reflexões relativas à questão da educação extra-escolar, da ampliação do conceito de educação e, a partir daí, do entendimento da tarefa político-partidária como uma tarefa de educação politizante etc. Todavia, como o PMDB, também o PT não conseguiu esboçar um documento unificado sobre a problemática educacional e pedagógica brasileira nos anos que transcorreram entre a sua fundação (1979) e o advento da Nova República.

3. A problemática educacional e pedagógica no momento do advento da Nova República

João Baptista Figueiredo foi o último governante do ciclo de generais-presidentes iniciado em 1964. O processo de transição “lenta, gradual e segura” elaborado e programado pelos últimos governos militares com o objetivo de “entregar o poder aos civis” nem sempre se realizou como queria o “Sistema”. Todavia, é possível dizer que, de certo modo, o governo balizou as ações das classes dominantes e buscou condicionar a ação das classes populares durante os acontecimentos que levaram ao fim da ditadura militar. Apesar de atropelado pelo inesperado soerguimento do Movimento Operário – cujas maiores demonstrações de força e organização foram a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do PT (Partido dos Trabalhadores) – e modificado pela pressão surgida com a campanha multiclassista das Diretas-já, o projeto do “Sistema” efetivamente cumpriu seu papel.

O final da ditadura militar foi apressado pela crise econômica e por alguns fatos políticos (como a impunidade dos responsáveis pela bomba do Rio-Centro). As classes dominantes trataram de promover os pontos de contato entre o “Sistema” e os políticos ligados às elites no bojo da oposição. O próprio general Figueiredo indicou sua preferência para contatos políticos; perguntado sobre suas simpatias para com os políticos da oposição, especificamente em relação a Tancredo Neves, disse: “com este dá pra conversar!”

E foi sob esse clima que se desencadeou a campanha das Diretas-já. Por um lado, e puxando os outros grupos, o Movimento Operário e Popular, com o PT à frente, fez o primeiro comício em favor das eleições diretas para presidente da República. Depois, engrossando o movimento e buscando controlá-lo, veio o PMDB. Agregados ao PMDB estiveram setores de esquerda dispostos a colaborar com um pacto amplo com setores liberais e até mesmo com setores governistas. Isto, de certa forma, dividiu o Movimento Operário e Popular.

Derrotada no Congresso a Emenda Dante de Oliveira, que deveria restaurar as eleições diretas, a campanha multiclassista se fragmentou. O Movimento Operário e Popular mais aguerrido, ligado ao PT e à CUT, tentou continuar, sozinho, a luta pelas eleições diretas, seguidos depois por alguns órgãos da grande imprensa liberal (como a *Folha de S. Paulo*). Outras partes do Movimento Operário e Popular, ligados ao PMDB, aos PCs e à CGT, continuaram no projeto de colaboração de classes e acompanharam as lideranças políticas que, aglutinadas na figura de Tancredo Neves, foram para o Colégio Eleitoral e buscaram encerrar o regime militar pela via da eleição indireta.

Pelas forças governistas o candidato à Presidência, via Colégio Eleitoral, foi Paulo Salim Maluf. Pelas forças oposicionistas o candidato foi Tancredo Neves; Maluf era o candidato ideal para ser derrotado por Tancredo. Seu estilo personalista e oligárquico não aglutinou nem mesmo os setores conservadores do Congresso, o que foi aproveitado por Tancredo Neves que conseguiu arrancar do PDS um número bastante grande de políticos, inclusive seu próprio presidente, o senador José Sarney.

Para isolar alguns radicais do próprio PMDB, tentar inviabilizar o PT e, ao mesmo tempo, obrigar o PDT a ir ao Colégio Eleitoral, os políticos ligados às classes dominantes, principalmente o núcleo do PMDB ligado a Tancredo Neves, transformou a ida ao Colégio Eleitoral numa disputa pautada pelo maniqueísmo. Para tais forças a ditadura militar só poderia acabar por uma via: a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, mantendo assim o mecanismo da eleição indireta. Rapidamente, a Rede Globo de Televisão, em cadeia nacional, alterou suas posições sempre a favor do projeto ditatorial, para posições simpáticas a Tancredo e ao PMDB. Montado o projeto de hegemonia da burguesia através de uma fantástica campanha televisiva, o núcleo central da ditadura militar foi convidado a deixar o Planalto, cedendo espaço para os governantes fundadores da chamada Nova República – expressão cunhada por Tancredo Neves para caracterizar a transição democrática que deveria levar o país para a Constituinte e – pelo menos no imaginário social – se diferenciar radicalmente do “antigo regime”.

De fato, a ditadura militar se encerrou. Mas a "volta dos militares aos quartéis" não significou a independência do poder civil. Os militares continuaram a se arvorar de tuteladores da *ordem*. Tancredo Neves, nas negociações com o "Sistema", prometeu não alterar o *status quo* no sentido de qualquer espécie de revanchismo contra os militares. Com a morte de Tancredo (que não chegou a tomar posse, ficando adoentado justamente no dia de sua posse em 15 de março de 1985), seu vice, o senador José Sarney (da coligação PMDB com dissidentes do PDS que fundaram o PFL – Partido da Frente Liberal) não titubeou em garantir aos militares a continuação de uma situação de privilégios e espaços, mantendo intacto o "poder moderador" das Forças Armadas.

José Sarney tornou-se efetivamente presidente da República quando, após semanas de agonia, Tancredo Neves veio a falecer. Paradoxalmente, após uma luta popular intensa pelo fim do regime de exceção, o primeiro presidente da chamada "Nova República" veio a ser justamente o ex-deputado da UDN (o partido que esteve à frente do Golpe de 64), o ex-integrante da ARENA (o partido que sustentou a fase mais hedionda do regime militar), e o ex-presidente do PDS (partido do governo Figueiredo que lutou contra as eleições diretas). Mas para as classes dominantes, para as várias frações da burguesia brasileira e para seus aliados, principalmente para a burguesia internacional, Tancredo ou Sarney deveriam manter os verdadeiros "ideais de 64", ou seja, a promessa de não arranhar a estrutura mantenedora do país no "tipo ideal" de capitalismo periférico. Neste ponto, Tancredo e Sarney não poderiam se diferenciar.

Mas o que herdou José Sarney do regime que durante mais de vinte anos serviu e defendeu?

Do ponto de vista da educação o descalabro não poderia ser maior. Segundo estatísticas de 1983, o país conseguiu produzir mais de 60 milhões de analfabetos e semiletrados para uma população de mais ou menos 130 milhões de habitantes (com uma população ativa de 51 milhões de pessoas apenas). Os dados comparativos ressaltam as tendências à privatização do ensino, incentivadas pela ditadura militar. Em 1957, 88% das matrículas no 1º grau eram feitas em escolas públicas, ficando 12% com as particulares. Em 1983, 86,7% das matrículas no 1º grau eram feitas em escolas públicas, ficando 13,3% para o ensino particular. Em 1957, 33% das matrículas no 2º grau eram feitas em escolas públicas, ficando a rede particular com 67%. Em 1983, 59% das matrículas no 2º grau eram feitas em escolas públicas, sobrando 41% para as escolas particulares. Os dados mostram que, no 1º grau, passados quase 30 anos e tendo a população saído da casa dos 20 milhões para ultrapassar a casa dos 120 milhões de habitantes, a matrícula no ensino primário público decresceu. A rede secundária pública, em quase

30 anos, cresceu muito aquém das necessidades. Em relação ao ensino superior a privatização foi muito mais intensa, praticamente invertendo a situação dos anos 50. Em 1957, 55% das matrículas no 3º grau eram em escolas públicas, ficando a rede privada com 45%. Em 1983 esses números se alteraram para 38% contra 62% respectivamente. Em janeiro de 1964, um professor primário do Estado de São Paulo, com uma jornada de 20 horas semanais, recebia o equivalente a NCz\$ 5.555,73; em 1983, NCz\$ 3.315,82. Um professor secundário, no mesmo Estado, recebia em janeiro de 1964 o equivalente a NCz\$ 12.692,11; em 1983, NCz\$ 4.030,43. Os números evidenciaram uma tendência nítida de uma política educacional que visou retirar do trabalhador possibilidades de estudo.

Todavia, se as mazelas deixadas foram grandes, em contrapartida o movimento histórico produziu, no contexto da luta de classes, algumas situações novas e promissoras para as classes populares e para a viabilização da democracia. Um ponto positivo, já citado no capítulo anterior, foi a delimitação, no interior dos partidos progressistas, de pedagogias e de políticas educacionais cada vez mais nítidas. Um outro ponto positivo foi a remodelação do movimento sindical do professorado. Entidades como a APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), o CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) e outras iniciaram movimentos reivindicatórios e organizações de greves jamais vistas nesta categoria profissional. Em pouco tempo tais entidades vivificaram um sindicalismo bastante politizado e poderoso. Também a organização em termos intelectuais e "puramente" teóricos do professorado revigorou-se. As várias Conferências Brasileiras de Educação cresceram rápida e vertiginosamente em número de participantes ouvintes e em número de expositores. Grupos específicos ligados à educação, como o caso dos professores de Educação Física e dos especialistas (orientadores, supervisores, diretores etc.), também remodelaram suas atuações, forjando vanguardas não só no movimento sindical, mas também no movimento de produção teórica mais ligada ao ideário progressista. Alguns programas de pós-graduação em educação colocaram em atividade uma quantidade bastante grande de estudos científicos, que seguidamente foram publicados num volume inédito de produção e consumo de literatura educacional. Esses cursos de pós-graduação em educação deram, ao movimento social e aos partidos políticos progressistas, intelectuais com instrumental de análise bastante sofisticado, comparado com os intelectuais e pesquisadores da educação dos anos 50 e 60. Também as revistas ligadas à educação aumentaram, se diversificaram e se ampliaram. Além de publicações específicas, ligadas à produção intelectual de ponta, surgiram revistas comerciais forjadas pela demanda provocada por um professorado mais militante.

Essas modificações no campo educacional, e mais especificamente no campo das movimentações dos setores populares e dos educadores progressistas, encetadas principalmente entre o final dos anos 70 e o início da Nova República demonstraram a evidência daquilo que as classes dominantes quiseram negar: a história não havia acabado, e o futuro não haveria de ser repetição do passado, ainda que fosse, pelas mãos das classes dominantes e seus aliados, a montagem de um teatro capaz de produzir no imaginário social a idéia de repetição que nunca cessa e que traz, nesta roda, a eternização das diferenças de classe e a legitimação dos processos histórico-sociais injustos.

Leituras complementares e de aprofundamento

- 1) GHIRALDELLI Jr., P. "A evolução das idéias pedagógicas no Brasil republicano". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (60): 28-38, fev. 1987.
- 2) _____. *O que é Pedagogia*. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- 3) SAVIANI, D. "A pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da educação brasileira". *Revista ANDE*. São Paulo (11): 15-23, 1986.

Comentários: 1) Esse texto também foi publicado nos *Anais da IV CBE*. Possui várias notas de rodapé que indicam leituras e futuras pesquisas a respeito da história da pedagogia. A idéia central desse texto foi a de historicizar o texto "Tendências pedagógicas na prática escolar", publicado no livro *Democratização da escola pública* (Loyola, 1984), de José Carlos Libâneo. 2) O livro *O que é Pedagogia* é uma tentativa de conceituar a pedagogia a partir da ótica da concepção histórico-crítica. 3) O artigo de Dermeval Saviani é a reprodução de uma exposição onde ele, pessoalmente, delineou o percurso e as etapas de suas descobertas e formulações teóricas. As três leituras são necessárias para o estudante de história da educação.

Exercícios

Exercício 1

O estudante deverá elaborar um texto comparativo entre a abordagem das correntes e tendências pedagógicas formuladas neste livro e a abordagem contida no livro *Democratização da escola pública* (Loyola, 1984), de José Carlos Libâneo, especificamente no primeiro capítulo.

Exercício 2

O estudante poderá elaborar um estudo sobre a pedagogia histórico-crítica. Deverá para tal escrever um comentário sobre o texto "A Pedagogia Histórico-crítica e a educação escolar", de Dermeval Saviani, contido no livro *Pensando a Educação* (Editora da UNESP, 1989).

Exercício 3

O estudante deverá elaborar uma monografia comparando as teorias sobre educação feitas no interior do PMDB, no interior do PDT e do PT, ressaltando as semelhanças e diferenças, entre 1979 e 1985. Para tal seguir a leitura:

- 1) Mello, Guiomar Namó. *Magistério de 1º grau - da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.
- 2) Ribeiro, Darcy. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.
- 3) Silva, L.I. *A Educação como ato político-partidário*. São Paulo, Cortez, 1988.

Exercício 4

O estudante poderá redigir um pequeno texto a respeito da questão dos chamados "especialistas da educação" (diretores, supervisores, orientadores etc.). Para tal deverá consultar pela ordem:

- 1) Garrido, Selma P. *O pedagogo na escola pública*. São Paulo, Loyola, 1988.
- 2) Alves, Nilda et alii. *O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais*. São Paulo, Loyola, 1986.
- 3) Alves, Nilda et alii. *Educação e supervisão*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1988.

Exercício 5

Quanto à questão do revigoramento do pensamento crítico na área da Educação Física o estudante poderá escrever uma resenha do livro *Educação Física progressista* (Loyola, 1989, 2ª ed.) e uma resenha do livro *Educação Física no Brasil - a história que não se conta* (Papyrus, 1988), de Lino Castellani Filho.